

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO JUNTO AO INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2021

REALIZAÇÃO: 13/05/2021

REAL JG FACILITIES EIRELI, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 08.247.960/0001-62, sita na Quadra 01, Conjunto B, Lote 01, SIBS, Brasília-DF, CEP: 71736-102, vem, mediante a presente manifestação, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

em desfavor da Decisão adotada pela Comissão de Licitação, que optou por CLASSIFICAR a proposta apresentada pela empresa M.K.R. PESSOA, adotando como forma de decidir o que a partir de agora passa a se expor.

POR OPORTUNO, REQUER SEJA O MESMO RECEBIDO EM SEU EFEITO SUSPENSIVO, e depois de devidamente informado, seja submetido à análise e julgamento da Autoridade Superior, na forma do Par. 4, do art. 109, da Lei 8.666/93, caso não seja exercido o Juízo de retratação por V. Sa.

Pede e espera deferimento.
Brasília, 26 de maio de 2021.

REAL JG

PRELIMINARMENTE

Da tempestividade

Como sabido, o prazo para apresentação do presente será até as 23:59 hrs do dia 26 de maio de 2021. Assim, protocolizado no período informado, indubitavelmente tempestivo se encontrará.

DAS QUESTÕES MERITÓRIAS

DE PRIMEIRO, INFORMA-SE QUE, ANTES DE ADENTRAR AO MÉRITO DA QUESTÃO REFERENTE AO DIREITO DA RECORRENTE, TEM-SE QUE A EMPRESA M.K.R. PESSOA NÃO SE ENCONTRA APTA A PROSSEGUIR NO CERTAME, ANTE OS MOTIVOS ABAIXO LISTADOS.

Dando prosseguimento aos argumentos ora embasadores do presente recurso, informa-se que a empresa REAL JG FACILITIES, apresentou em sua proposta APÓS A VITÓRIA NO CERTAME, a documentação que hodiernamente apresenta em seus certames, sendo que, em nenhuma outra oportunidade teve a mesma sido desclassificada.

Como visto nos autos, a empresa REAL JG FACILITIES EIRELI, na data de 13/05/2021 10:55:05, foi convocada a apresentar a documentação, nos termos do edital e seus anexo, fato realizado, tendo em vista que na face de lance a ora recorrente logrou alcançar o primeiro lugar no certame. No entanto, ao verificar os documentos, eis as alegações do pregoeiro para nossa desclassificação:

18/05/2021 16:33:47

Após análise, a licitante Real JG será desclassificada do certame, por não ter apresentado a proposta comercial, na forma prevista no Instrumento Convocatório, apresentando tão somente as Planilhas de Custo e Formação de Preços e de Produtividade, sem qualquer indicação da razão social da empresa, sem assinaturas e demais informações necessárias,

18/05/2021 16:34:06

conforme exigências contidas nos itens abaixo: 10 Do Encaminhamento da Proposta Vencedora 10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá

18/05/2021 16:34:20

10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal. (...)

18/05/2021 16:34:30

10.1.3 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento. (...)

18/05/2021 16:34:43

10.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93). (...)

18/05/2021 16:34:59

A desclassificação da proposta está prevista no subitem abaixo: 8.4 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VIIA da IN SEGES/MP n. 5/2017, que: 8.4.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

O que relata o edital:

10.1.2 apresentar a planilha de custos e formação de preços, conforme Anexo IV, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório. (GRIFO NOSSO)

Assim, denota-se que ao cadastrar sua proposta, a empresa recorrente inseriu os documentos de habilitação sendo que esta mesma não poderia conter identificação, sob pena de desclassificação.

Ao verificar o equívoco apresentado, e com uma simples diligência a tomadora de serviços poderia, caso entendesse necessário, sanar tal "inconformidade", uma vez que já havia sido encaminhada por meio do sistema, concomitante com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado, onde nas mesmas constava as informações "faltantes", não configurando com isso inserção de novos documentos no processo licitatório.

E MAIS, SE TRATAVA DE UMA PROPOSTA MAIS BENÉFICA AO ORGÃO, O QUE, COMO CERTO, TRATARIA COM MUITO MAIS CARINHO O DINHEIRO PÚBLICO ENVOLVIDO NO TEMA.

Tanto é VERDADE O QUE SE AFIRMA, que no dia 18/05/2021 às 10:29:02 o pregoeiro solicitou no chat que A EMPRESA ORA RECORRENTE CORRIGISSE a declaração de escritório.

18/05/2021 10:29:02

Para REAL JG FACILITIES EIRELI - Com relação a declaração de escritório encaminhada, anexo IX, a declaração deve ser corrigida onde está "xx" na declaração descrever a distância correta, em KM.

No entanto, mesmo com todo o cuidado adotado, a empresa recorrente logrou ser desclassificada do certame, prejudicando, e muito, o que ora se apresentou nos autos, tanto no quesito preço, como no quesito melhor vantagem para a administração.

Em situações análogas, percebe-se que diferente foi a postura do pregoeiro, justamente por se tratar com mais afinco a verba que lhe é destinada, verbis:

No pregão eletrônico nº 02/2021 do FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – UASG: 153173 – Data de abertura: 26/02/2021, (SEQUE O LINK), a empresa MATOS E RANGEL LTDA, procedeu de forma idêntica com a Real JG, enviando a proposta de preço conforme modelo constante no edital ajustada ao seu lance final sem ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento, os preços

expressos em moeda corrente nacional e o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

No pregão eletrônico nº 298/2020 do SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO) – UASG: 803010 – Data de abertura: 27/04/2021, (SEGUIR O LINK), a empresa REAL JG FACILITIES, procedeu de forma similar, como no certame da INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI, enviando a proposta de preço conforme modelo constante no edital ajustada ao seu lance final sem ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento, os preços expressos em moeda corrente nacional e o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

<http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/ata2.asp>

co_no_uasg=153173&numprp=22021&f_lstSrp=T&f_Uf=&f_numPrp=0&f_codUasg=153173&f_tpPregao=E&f_lstICMS=T&f_dtAberturaIni=&f_dtAberturaFim=#153173-22021-1

<http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/ata2.asp>

co_no_uasg=803010&numprp=002982020&f_lstSrp=T&f_Uf=&f_numPrp=0&f_coduasg=803010&f_tpPregao=E&f_lstICMS=T&f_dtAberturaIni=&f_dtAberturaFim=#803010-002982020-1

Diante do exposto acima os pregoeiros responsáveis aceitaram e habilitaram as mencionadas empresas MATOS E RANGEL LTDA e REAL JG FACILITIES, o que, como certo, demonstra e comprova o equívoco praticado nos autos em comento. Vale informar, ainda, que nenhum concorrente manifestou intenção recurso contra suas habilitações acerca da proposta de preço apresentada nos certames em tela.

Não há dúvidas que o ato que declarou a citada empresa desclassificada no certame em tela deverá ser reformado, pois afrontou diretamente os princípios licitatórios da razoabilidade e vinculação ao instrumento convocatório.

A manutenção da desclassificação da Recorrida, afronta até mesmo a moralidade administrativa, que deve permear toda atividade do administrador público, exigindo uma atividade responsável e coerente para a correta identificação dos padrões de conduta que individualizam o bom administrador, vinculando-o à finalidade pública que é peculiar à atividade estatal, sempre com a necessária impessoalidade que deve estar presente em atos desta natureza.

Ademais, por mais conhecido que seja o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, que é intimamente ligado a legalidade, não é demais invocá-lo no caso concreto, uma vez que está expressamente previsto no artigo 3º da Lei nº 8.666/93 e obriga tanto os licitantes quanto o administrador público a cumprirem as normas do edital. Vejamos:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (...)

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Dessarte, tem-se que o direito da recorrente se encontra presente de forma incontestada, não sendo justo ou mesmo razoável sua desclassificação, mormente pelo fato de ter seguido integralmente os ditames do Edital.

De igual forma, e conforme previsto no art. 31 da Lei 13.303/16, assim resta vazado, verbis:

"...Art. 31. As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo...."

Interpretação outra, certamente macula e vicia a licitação em comento, devendo, se o caso requerer, ser apresentado junto as autoridades judiciais em atuação nessa Circunscrição, o que, sinceramente, não se espera necessitar.

O festejado e Saudoso Professor Hely Lopes Meireles, in Licitação e Contratos Administrativos, editora Revista dos Tribunais, 9ª edição, 1990, pág. 21, preleciona que são princípios irreguláveis do procedimento licitatório: "procedimento formal; publicidade de seus atos; isonomia entre os licitantes; vinculação ao Edital ou convite; julgamento objetivo e adjudicação compulsória ao vencedor".

No que se refere aos ensinamentos doutrinários decorrentes das disposições contidas na vigente Lei 8.666/93, ao tratar da questão inerente à discricionariedade detida pela Administração Pública quando da adoção dos regramentos regedores do processo concorrencial, trazemos à análise dessa respeitável Comissão Especial de Licitação a inatacável lição abaixo transcrita:

"É na determinação do conteúdo jurídico da isonomia, no dia-a-dia das licitações e contratações públicas, que surgirão as questões que o art. 3º ajudará a resolver. Ilustre-se com a aplicação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, também explicitado no art. 3º. Suponha-se que edital de licitação venha a estabelecer requisito que se revele discriminatório, de molde a impossibilitar a participação no certame da empresa que o desatenda, inobstante tal requisito não se mostrar essencial, seja para habilitar-se o licitante ou para a testar a exequibilidade de sua proposta. Em outras palavras, entre o requisito do edital e as finalidades da licitação a que se refere não se vê "nexo causal. Resulta claro que a presença do discrimen no ato convocatório almeja afastar da competição certa, ou certas, empresa, beneficiando outra, ou outras. Nessas circunstâncias, o edital há de ser desconsiderado quanto àquele requisito, porque o Princípio da vinculação ao instrumento convocatório não derroga o da isonomia, devendo, antes, a ele subordinar-se".

Destarte, torna-se descabida a interpretação subjetiva da norma edilícia que lastreou a Decisão Administrativa ora atacada, uma vez que o artigo 3º da vigente Lei de Licitações é por demais claro e expresso no sentido de impor ao gestor público uma interpretação exclusivamente objetiva das normas que regem um processo licitatório. Segundo o Mestre Celso Antônio Bandeira de Mello, em sua obra "Curso de Direito Administrativo", Malheiros Editores, 6ª edição, 1995, pág.54, discorrendo sobre o Princípio da Razoabilidade, dispõe que:

"Pretende-se colocar em claro que não serão apenas inconvenientes, mas também ilegítimas – e, portanto jurisdicionalmente inválidas – as condutas desarrazoadas, bizarras, incoerentes ou praticadas com desconsideração às situações e circunstâncias que seriam atendidas por quem tivesse atributos normais de prudência, sensatez, e disposição de acatamento às finalidades da lei atributiva da discricção manejada.

Com efeito, o fato de a lei conferir aos administrados certa liberdade (margem de discricção) significa que lhe deferiu o encargo de adotar, ante a diversidade de situações a serem enfrentadas, a providência mais adequada a cada qual delas. Não significa, como é evidente, que lhe haja outorgado o poder de agir ao sabor exclusivo de seu lóbio, de seus humores, paixões pessoais, excentricidades ou critérios personalíssimos e muito menos significa que liberou a Administração para manipular a regra de direito de maneira a sacar dela efeitos não pretendidos nem assumidos pela lei aplicada."

Faz-se necessária a revisão do ato que desabilitou a empresa VENCEDORA, de modo a classificá-la do certame em apreço, o que desde já se espera e requer. Em outras oportunidades, o nosso Poder Judiciário já se manifestou favorável ao pleito em apreço, conforme se observa abaixo, verbis:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO. LEI Nº. 8.666/93. FASE DE HABILITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. CERTIDÃO DE REGISTRO NO CREA. DADO CADASTRAL DESATUALIZADO. INABILITAÇÃO NO CERTAME. 1. Agravo de instrumento interposto em face de decisão proferida pelo MM. Juiz Federal da 2ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco, que negou o pedido liminar que consistia em decretar anulados todos os atos posteriores à inabilitação da impetrante no procedimento licitatório e considerá-la habilitada, prosseguindo a licitação com a abertura de sua proposta de preços, ou, sucessivamente, que fosse decretada a suspensão da licitação até o julgamento final do mandato de segurança. 2. É fato incontroverso nos autos que no momento indicado pelo Edital para apresentação da Certidão do CREA, a empresa agravante apresentou certidão emitida em 15/08/2012, que traz como capital social da empresa o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). 3. A Comissão Especial de Licitação, na sessão de análise de documentos apresentados pelas empresas concorrentes expôs a seguinte conclusão quanto à empresa impetrante: "2. A concorrente Divan Construção e Reforma Ltda. ME apresentou a Certidão do CREA BA, com o valor do seu Capital Social, como sendo no valor de R\$ 10.000,00 divergente do informado no seu Balanço Patrimonial, que é de R\$ 998.000,00, porém a certidão do CREA BA declara no seu conteúdo o seguinte: "CERTIFICADO, mais, ainda que esta certidão não concede à firma o direito de executar quaisquer serviços técnicos sem a participação real, efetiva e insofismável dos responsáveis técnicos citados e perderá a sua validade se ocorrer qualquer modificação nos dados cadastrais nela contidos, após a data de sua expedição", tornando sua certidão inválida e assim, deixou de atender o item 1.1.13, do Anexo 03, do Edital, que exige "Certidão de Registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA)", sendo INABILITADA, com fundamento no art. 27, inciso II e art. 30, inciso I, ambos da Lei nº 8.666/93". 4. A Certidão juntada pela empresa agravante no momento da habilitação encontrava-se com os dados cadastrais desatualizados, tendo em vista que a atualização do capital social ocorreu, segundo a própria empresa impetrante, em 2011, enquanto a certidão foi emitida em 15 de agosto de 2012. Tal fato torna inválida a certidão acarretando o descumprimento da qualificação técnica prevista no edital. 5. Ressalte-se que cabe às empresas participantes apresentar no momento previsto no edital da licitação os documentos devidamente atualizados, para comprovar as condições que lhe são exigidas, tendo agido de forma correta a Comissão Especial de Licitação ao considerar inabilitada a empresa ora agravante. 6. Agravo de instrumento improvido. (TRF-5 - AG: 63654020134050000, Relator: Desembargador Federal Francisco Cavalcanti, Data de Julgamento: 15/08/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: 22/08/2013)

MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. EMPRESA CONCORRENTE. MUDANÇA DE ENDEREÇO SOCIAL. CERTIDÃO DO CREA. DADOS CADASTRAIS. FALTA DE ATUALIZAÇÃO. INVÁLIDIDADE DA CERTIDÃO. INABILITAÇÃO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. AUSÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO DEMONSTRAM QUE A EMPRESA APELANTE ALTEROU O SEU ENDEREÇO SOCIAL SEM, NO ENTANTO, COMUNICAR AO CREA A MUDANÇA. O EDITAL DE LICITAÇÃO EXIGIA CERTIDÃO ATUALIZADA DE TODOS OS DADOS CADASTRAIS JUNTO AO CONSELHO REGIONAL, SENDO, PORTANTO, REGULAR A INABILITAÇÃO OPERADA COM BASE EM CERTIDÃO EMITIDA COM REGISTRO DE ANTIGO ENDEREÇO SOCIAL. APELAÇÃO CÍVEL DESPROVIDA. (TJ-DF - APC: 20100111526633 DF 0049474-19.2010.8.07.0001, Relator: ANGELO CANDUCCI PASSARELI, Data de Julgamento: 16/12/2013, 5ª Turma Cível, Data de

Publicação: Publicado no DJE : 18/12/2013 . Pág.: 199)

"Apelação e Remessa Oficial desprovidas (TRF1. Ap em MS no 8.521/DF,6a Turma . Rel. Daniel Paes Ribeiro. Julg. 5.6.2006)"Mandado de Segurança. Licitação. Apresentação de balanço patrimonial não extraído do livro diário, em cópias não autenticadas. Ferido princípio da vinculação ao edital. Rigorismo formal afastado. A Comissão de Licitação da UFSC entendeu por inabilitar a impetrante por não ter apresentado o Balanço Patrimonial na forma legal, ou seja, não foi extraído do livro diário, bem como as cópias não estavam autenticadas. Não havendo dúvida ou impugnação quanto ao conteúdo do documentos, mas tão somente quanto à forma de sua apresentação, entendendo que, no caso, a flexibilidade do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, afastando o rigor formal excessivo, é o que melhor atende aos demais princípios que regem o procedimento licitatório e que assegura a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. (TRF4. Ap. em MS no 2009.72.00.0005342, 3a Turma. Rel Maria Lúcia Luz Leiria. Jul. ..10.2009

Ante todo o exposto, e confiando em uma decisão justa e legal a ser produzida nos autos, requer seja tido como procedente os argumentos apresentados no sentido de manter a CLASSIFICAÇÃO da empresa REAL JG FACILITIES EIRELI do certame em apreço, ante os motivos ora declinados na presente peça, como de direito, o que desde já se espera e requer.

Caso assim não entenda, o que se admite por fiel amor ao debate, requer seja SUSPENSO IMEDIATAMENTE o certame em apreço, remetendo o presente recurso à autoridade imediatamente superior, de modo que, como legalmente previsto, seja este apreciado e proferido a decisão de mérito, como de direito.

Requer ainda seja retornado o rito processual e licitatório na sua ordem sequencial, adotando procedimentos dispostos no art. 4 e incisos da Lei 10.520/2002 e no art. 26 do Dec. 5.450 de 31.05.2005, em conformidade com outros dispositivos dos direitos aplicáveis no Campo jurídico, como de direito.

DE IGUAL FORMA, requer seja encaminhado o presente expediente a autoridade superior, que certamente apreciará sua pertinência e fundamento, suspendendo os efeitos do certame nos termos do art. 112 do RLCP, ocasião em que se desclassificará a empresa M.K.R. PESSOA e convocará, como certo, a ora recorrente para assumir o presente contrato, o que desde já se espera e requer.

Pede e espera deferimento.
Brasília, 26 de maio de 2021.

REAL JG FACILITIES EIRELI

[Voltar](#)